

# **POLÍTICA PÚBLICA DE INFORMAÇÃO NA PESPECTIVA DO CONTROLE SOCIAL NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: o caso do programa é pra ler da Prefeitura Municipal de João Pessoa**

## ***PUBLIC POLICE OF INFORMATION IN THE PERSPECTIVE OF THE SOCIAL CONTROL IN the INFORMATION SCIENCE: the case of the program it “is to read” of the Municipal City Hall of João Pessoa***

**Aquiles Sá Xavier de Lira<sup>1</sup>  
Jemima Marques de Oliveira<sup>2</sup>**

### **Resumo**

Descreve a Responsabilidade Social da Ciência da Informação com o Controle Social das Políticas Públicas de Informação, e em particular com o monitoramento de Programas, Planos e projetos que objetivam a criação de bibliotecas e acervos nas escolas públicas. Avaliando a possibilidade de monitoramento autônomo de um programa social de leitura do município de João Pessoa desenvolvido nos anos de 2003-2004, constata a impossibilidade de realizar uma avaliação ex-post de projeto social, que analise as conseqüências da ação a partir de sua dimensão temporal, quando este já está concluído, inviabilizando a tomada de decisões na definição de uma Política Pública de Informação local com base nos resultados alcançados, e a efetivação de um Controle Social. Atribui a falta de instrumentalização necessária para o acompanhamento, avaliação e crítica de políticas cuja responsabilidade de formulação e implementação correspondam ao Estado, ao descaso dos gestores municipais com as novas orientações para a Política Social, quanto a objetividade, informação suficiente, utilização de métodos rigorosos e divulgação dos resultados de modo a garantir que qualquer cidadão possa avaliar a execução de projetos, Programas ou Planos que envolvam recursos públicos. Conclui pela necessidade de uma atitude de transparência e ética dos poderes públicos com o cidadão e suas organizações sociais no planejamento e desenvolvimento de suas ações, disponibilizando informações e promovendo a participação, e da Ciência da Informação em monitorar e possibilitar o acesso a essas informações.

### **Palavras-chave:**

**CIENCIA DA INFORMAÇÃO  
RESPONSABILIDADE SOCIAL  
CONTROLE SOCIAL  
POLÍTICA DE INFORMAÇÃO  
POLÍTICA PÚBLICA**

---

<sup>1</sup> Bacharel em Biblioteconomia UFPB

<sup>2</sup> Mestre em Biblioteconomia DBD/UFPB- [jemamar@yahoo.com.br](mailto:jemamar@yahoo.com.br)

## 1 INTRODUÇÃO

A relação da Ciência da Informação com os conceitos de Responsabilidade Social e Controle Social surge em uma conjuntura de Estado Democrático, onde a Informação passa a ser um direito do cidadão e dever do Estado.

Essa, responsabilização social, nos fez identificar, principalmente, as áreas da educação e da cultura, como setores de atuação do Estado, cuja formulação de políticas públicas - na esfera Federal está ao encargo dos Ministérios da Cultura (MINC) ou da Educação (MEC), e nas esferas Estadual e Municipal das Secretárias, ou muitas vezes da Secretária de Educação e Cultura.

Em especial, nos chamou a atenção, as políticas desenvolvidas por esses órgãos, para a criação e o aparelhamento de bibliotecas através, da aquisição de acervos (livros e multimeios), e em alguns casos, treinamento de auxiliares, enquanto por outro lado, o que se observa na realidade das bibliotecas públicas e escolares ainda é um quadro de falta de acervo atualizado, instalações adequadas, orçamento próprio e pessoal qualificado.

O estudo das PPI da área educacional, revelou que as bibliotecas escolares, apesar de todas as deficiências quando considerado o quadro brasileiro, têm recebido mais atenção (programas e recursos) do Ministério da Educação (MEC) e das secretarias estaduais e municipais, que as Bibliotecas públicas, vinculadas ao Ministério e secretárias de Cultura.

Sendo assim, qual a responsabilidade social da Ciência da Informação com o monitoramento de Programas, Planos e Projetos que objetivam a criação de bibliotecas e acervos nas escolas públicas ? O quanto temos contribuído para a geração e o controle social das políticas públicas de informação que priorizam o livro e a leitura no País e no município? Embora seja comum atribuir à biblioteca o papel de auxiliar no processo educacional seja na escola, seja para a comunidade, quais planos tem de fato se efetivado em programas de governo? Como esses projetos são executados? Qual o custo/benefício social? Qual a avaliação final de sua implantação? Atingiu os objetivos esperados? Quais as fontes de recursos e como se dará sua manutenção?

Todas essas questões nos fez eleger o programa de leitura das escolas municipais de João Pessoa- É PRA LER desenvolvido nos anos de 2003-2004, como uma política pública que se consubstanciava com a possibilidade de esclarecermos algumas destas questões, conhecendo a metodologia de desenvolvimento e execução, e ao mesmo tempo averiguarmos a acessibilidade social às informações sobre o Programa. O acesso a informação governamental, se é condição para que possamos exercer o controle social, entender e influir nos processos decisórios do Estado, a quem compete o planejamento e implementação de programas, é do mesmo modo, dever de gestões governamentais que buscam ser transparentes, éticas e cooperação entre seus atores.

## 2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: RESPONSABILIDADE E CONTROLE SOCIAL

Socializar a informação para facilitar a produção do conhecimento é a responsabilidade social da Ciência da Informação (FREIRE, 2002,2004) . E será essa função social, que a tornará segundo Saracevic “um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da comunicação do conhecimento e de

seus registros entre os seres humanos, no qual, no tratamento destas questões, são consideradas as modernas tecnologias (1996, apud SANTO;FREIRE, 2004,p.1).

Freire (2004, p.4), em revisão de literatura sobre esse tema, identifica que em 1975, autores como Gernot Wersig e Ulrich Neveling, já apresentavam propostas de um fundamento social para a ciência da informação “antevendo a relevância da informação para todos os grupos sociais na sociedade contemporânea” e representando “*indícios* de uma visão de mundo onde a informação, em si mesma, é considerada como força de transformação social”.

Segundo Araújo (2003, p.15-16), os pressupostos dessa identidade social só se destacariam com a aproximação da Ciência da Informação com a Sociologia, em particular com os estudos microssociológicos e interpretativos, como os voltados para a informação e cidadania, ação cultural, exclusão informacional, informação rural, processos de leitura, e os dilemas da sociedade da informação, da revolução tecnológica e da globalização, que envolvem as temáticas da democratização, condições de acesso, e a exclusão.

Seguindo essa linha, nos aproximamos do conceito de Responsabilidade Social, utilizado nas Ciências Sociais para designar o comprometimento das organizações com o desenvolvimento humano e social, seja com a sociedade ou com públicos específicos de modo mais abrangente, e na Ciência da Informação para designar o compromisso da área com a transferência do conhecimento, ação necessária para garantir o direito e o acesso a informação.

Fernandes (2001, p. 5) ao definir a Responsabilidade Social na perspectiva do desenvolvimento sustentável como um “somatório de atitudes assumidas por agentes sociais – cidadãos, organizações públicas, privadas com ou sem fins lucrativos – estreitamente vinculadas a ciência do dever humano (ética) e voltadas para o desenvolvimento sustentado da sociedade”, ressalta os cidadãos e organizações como agentes sociais responsáveis, embora se observe, a adoção desse termo principalmente para designar o exercício planejado e sistemático de ações, estratégias e a implementação de canais de relacionamento entre uma organização, seus públicos de interesse e a sociedade (BUENO, 2004), vinculação já declarada por Henry Ford em 1920 e adotada pelas empresas principalmente com a pressão dos consumidores e com o surgimento de comunidades mais exigentes (A EVOLUÇÃO..., 2005)

Qual seria então a Responsabilidade Social da Ciência da Informação e áreas afins, quando mundialmente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tem inspirado legislações voltadas para a garantia dos direitos individuais e coletivos da sociedade, estabelecendo em seu artigo 19º o direito a informação “por qualquer meio de expressão” (DECLARAÇÃO..., 2005. p. 1), ou no caso brasileiro, onde o direito à informação é previsto na Constituição, no capítulo referente aos Direitos e Deveres (Título II, Capítulo I) em seu artigo 5º, parágrafo XIV que determina: “é assegurado a todos o acesso à **informação** e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” (BRASIL,1988)?

Souza (2002, p. 340) ao dissertar sobre a relação dos direitos humanos, informação e cidadania, aprofundando-se nos termos da Declaração Universal do Direitos Humanos (DUDH), quando à compara com a Constituição Brasileira de 1988, afirma que, embora esta contemple parte dos termos daquela em seu artigo 5º, ocorre que “entre a letra da lei fundamental brasileira e a prática social existe, um caminho enorme para que os mandamentos da idéia transformada em legislação sejam efetivamente empregados” sendo as práticas de tortura, de escravidão, de corrupção, permanentemente expostas na mídia,

uma demonstração da não consideração “do bem estar coletivo e dos princípios que fundamentam a dignidade da pessoa e a necessidade de tolerância das transferências humanas.”

Essas considerações reforçam a Responsabilidade Social da Ciência da Informação com a transformação social, não apenas em prover acesso a informação aos cidadãos indiscriminadamente, mas também de buscar meios de promover a inclusão social, o desenvolvimento e disponibilização de conteúdos que estabeleçam a comunicação entre o Estado e a Sociedade, pois como afirma Fernandes (2001, p.2) o desenvolvimento, direito à informação e participação andam juntos “posto que, o saber compartilhado pressupõe as responsabilidades divididas” e “ um ambiente democrático no qual direitos e deveres são discutidos e processados”.

Ou seja, para que haja um ambiente de fato democrático, torna-se necessário que as informações sejam disponibilizadas independentemente da demanda, garantindo o que se convencionou chamar de Controle Social, tanto na perspectiva do cidadão, onde estes atuam como sujeitos políticos exercendo o monitoramento autônomo, quanto na perspectiva do Estado que deve executar o monitoramento Legal, ou interno.

A idéia de Controle Social que tem origem na década de 1920 do século passado, associada a estudos sobre o crime e outros comportamentos ou atitudes socialmente indesejáveis, pressupunha a existência de padrões de comportamentos que devem ser seguidos e, conseqüentemente, a existência de mecanismos de regulação e instrumentos que maximizam a possibilidade desses componentes. Exemplos de tentativas de adequar comportamentos às normas socialmente valorizadas, são os oficiais responsáveis pela liberdade condicional de criminosos, as associações de alcoólatras anônimos, os vigilantes do peso e todas as outras instituições desse tipo. (CONTROLE..., 2005, p. 3).

Uma outra forma de referencia ao conceito de Controle Social porém, aparece quando do estabelecimento de Estados democráticos, que têm como princípio básico a ética e a transparência, passando a considerar a noção de que a população precisa e deve participar plenamente da vida pública (TRANSPARÊNCIA, 2002).

No Brasil, por exemplo, segundo Dropa (2005, p.1) a expressão “controle social” surgiu na década de 1980, com o fim do governo militar, posto que, “autoritarismo e participação popular são termos antagônicos”, sendo possível hoje, segundo o autor, observar a organização das comunidades na defesa de seus interesses e na luta pela diminuição e correção das desigualdades “através do acesso a bens e serviços que assegurem os seus direitos humanos fundamentais”.

Se antes, a Lei nº 4.717/65, introduziu a Ação Popular, ou ainda a Lei nº 7.347/85, dispunha sobre a Ação Civil Pública, após a promulgação da Constituição de 1988, outras ferramentas são instituídas, procurando integrar direitos sociais e coletivos, buscando o fortalecimento da participação do cidadão através da criação de instrumentos que permitem o controle social em praticamente todas as áreas sob a tutela do Estado, como por exemplo: o Estatuto da Criança e do Adolescente, a lei de Direito Autoral, o Novo Código de Trânsito, o Código de Defesa do Consumidor, a Lei de Patentes, a Lei de Defesa do Meio Ambiente, o papel fiscalizador consagrado ao Ministério Público e o fortalecimento da atuação do Tribunal de Contas da União, dentre outros. (DROPA, 2005, p.3 )

Visto dessa maneira, o conceito de Controle Social, atualmente, implica na descentralização do Estado e participação da população na gestão pública, até mesmo controlando instituições e organizações governamentais, o que leva a alterações nas relações do Estado com a sociedade, e com isso criando-se mecanismos que viabilizam a

participação dos cidadãos no processo de definição, implementação e avaliação da ação pública.

Segundo a Ong Rede Brasileira de Informação e Documentação Sobre a Infância e Adolescência (REBIDIA,2005) que dissemina o Controle Social como “a capacidade que tem a sociedade organizada de intervir nas políticas públicas, interagindo com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação do município, estado ou do governo federal” os Conselhos são “esse canal de participação” .

Impõe-se dessa forma, um governo interativo, capaz de equilibrar forças e interesses, buscando padrões de equidade, e que promova a organização das diversas camadas sociais a partir de um modelo de Administração Pública Gerencial não burocrático e transparente, enquanto por outro lado, compete “a comunidade organizada e solidária” o exercício do controle social, como ferramenta para maior transparência e contribuindo para uma melhor qualidade dos serviços oferecidos à comunidade “como o direito à informação, a reivindicação de conselhos comunitários, a democratização do processo decisório”, dentre outras.( DROPA, 2005, p.3 )

Esse Controle Social pode ser exercido através do **monitoramento legal**, por meio dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas (de Programas governamentais, de Políticas Setoriais, Conselhos Temáticos), Ministério Público, Tribunal de Contas, Ação Civil Pública, Mandado de Segurança Coletivo, Mandado de Injunção, Ação Popular, Código do Consumidor, Defensoria Pública, Câmaras e Assembleias Legislativas, Comissões, Orçamento Participativo e Audiência Pública, ou através do **monitoramento autônomo**, por meio da intervenção de Sindicatos, Ongs, Universidades, Ouvidorias independentes e Partidos Políticos. Este tipo de monitoramento porém, que deveria legitimar a participação popular, mostra-se ainda frágil, na medida em que ou não se faz representar ou representam os interesses do Estado (CUNHA, 2003).

Tem-se assim que o **controle social** parte do pressuposto de uma nova relação entre o Estado descentralizado e gerenciador, que governa em parceria com sujeitos políticos, que orientam e fiscalizam sua ação. Essa participação sendo efetivada através da criação de Conselhos e Comitês populares dos mais diferentes setores, como por exemplo, no transporte, saúde e orçamento, sendo ainda mais atuantes nos municípios, dada a proximidade da esfera pública com os problemas da comunidade. Se estabelece um compromisso entre o poder público de ser transparente, disponibilizando informação sobre suas ações , e à população de, na busca do bem comum - desenvolvimento, econômico e social - exercer o controle social, monitorando a gestão e uso dos recursos públicos.

O que se observa porém, é a falta de informação e a inoperância das leis, como no caso de CUNHA (2003, p 11) que ao buscar possibilidades efetivas de utilização dos veículos de participação popular na Bahia, à partir dos Conselhos Gestores de Políticas Públicas, em especial o caso do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, descreve a sua dificuldade “seja pela falta de informação, seja pela força política exercida pela elite governamental local, que impossibilita movimentos de controle mais expressivos e frequentes” e ainda “a consciência desses órgãos quanto à falta de participação popular devido à inexistência de instrumentos competentes para o exercício da cidadania, como informativos acessíveis à comunidade acerca dos seus direitos legais.

Essa falta de participação devido a falta de informação, para que a sociedade possa exercer o seu direito de controlar as ações governamentais, também foi constatado em pesquisa que verificou *sites* oficiais (71 *homepages*) de órgãos federais, estaduais e municipais, para comprovar, ou não, a existência de acesso público e ampla divulgação em

meio eletrônico dos instrumentos de transparência contidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), considerada como um mecanismo para facilitar o Controle Social, na medida em que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade da gestão fiscal (O CONTROLE, 2005, p.5).

Nessa mesma vertente, a REBIDIA (2005), uma ONG vinculada ao Setor de Políticas Públicas da Pastoral da Criança, que instrumentaliza e capacita com informação e documentação, conselheiros e formuladores de políticas públicas municipais, operadores e gerentes de projetos voltados para a infância e adolescência, seja de origem governamental ou não, lista em sua página de apresentação, a falta de informações precisas, a dificuldade de acesso a dados existentes e a deficiência de recursos humanos para lidar com os dados existentes e transformá-los em políticas, programas e projetos concretos, como motivos que dificultam “o desenho de políticas públicas e formação de conselhos voltados para a infância e adolescência” no Brasil.

O surgimento dessas redes denominadas “terceiro setor” como grupos de pressão e organizações de interesses cujas demandas, segundo Aguiar (1999, p.2), não dependem especificamente do setor público - Estado, ou do setor privado- mercado, mas muitas vezes de ambos, tanto pode agregar grupos de cidadãos que atuam em interesses próprios, “quanto organizações sem fins lucrativos que se constituem como defensoras de uma população excluída dos projetos político-econômicos dominantes”.

Outra experiência modelar é o Observatório da Cidadania, uma rede mundial de grupos de cidadãos e organizações civis sem fins lucrativos, criada para monitorar ações de desenvolvimento social e que congrega 105 entidades da sociedade civil de 50 países de todas as regiões do mundo, estimulando a atuação em rede e o intercâmbio de idéias e de informação sobre estratégias bem-sucedidas de combate à pobreza e da discriminação de gênero, resultando em um intercâmbio permanente entre as Redes temáticas internacionais de ONGs e organizações sociais, que encaminham relatórios ao Observatório da Cidadania (AGUIAR, 1999, p. 3).

Ações de monitoramento autônomo, também são desenvolvidas em observatórios voltados para temáticas que envolvem a vida do cidadão, geridos por redes acadêmicas ou da sociedade organizada, como por exemplo o Portal Unicamp, o Instituto Pólis, a Rede de Observatórios de Violência nas Escolas, o NEPPU vinculado a UFPE que é um Consórcio Bilateral em Ciências Sociais e Políticas Públicas (CBSP) centrados na implantação de Observatórios Locais de Políticas Públicas, a ABONG (Associação Brasileira de Organizações não governamentais que estimula observatórios nas áreas de Cidadania, Políticas Públicas e questão Urbana, e a OPAS que reúne Rede de Observatórios de Políticas públicas para as mulheres na área da saúde.

Entretanto, no que se refere ao monitoramento das Políticas Públicas de Informação, ainda são tímidos os investimentos, tanto nas Universidades quanto por parte de Ongs, como por exemplo os desenvolvidos pela Rede de Informações para o Terceiro Setor (Rits), organização privada e autônoma que monitora virtualmente o fortalecimento das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais, e vinculada a esta rede, o Observatório de Políticas Públicas de Infoexclusão (OPPI) que objetiva garantir o Direito à comunicação na Sociedade da Informação, monitorando, analisando e promovendo projetos e políticas que reflitam e busquem soluções para a infoinclusão e as questões de universalização do acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no Brasil.

Observamos assim que, com o advento de um Estado democrático e participativo voltado para o desenvolvimento de políticas inclusivas, demanda-se um interesse maior por temáticas que abordem políticas de informação, voltadas para a cidadania e o estabelecimento da democracia na conjuntura brasileira, bem como, os papéis desempenhados pelos vários atores que concebem e executam essas políticas.

#### **4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO NO BRASIL**

O estudo de Políticas Públicas, temática da Ciência Política, surge em uma conjuntura onde o Estado verte suas ações de modo a contemplar legislações Mundiais e Nacionais, que contemplem os direitos humanos, em particular os direitos sociais, como por exemplo A Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Do Mesmo modo, no Brasil, será com a reorganização política do Estado demandada pela Constituição Federal de 1988 e com as conseqüentes legislações daí decorrentes (Constituições Estaduais e Lei Orgânica do Município), que não só o Estado, mas também , a sociedade civil e organizações, passaram a preocupar-se com temas como transparência, ética, e principalmente participação.

Definindo Políticas Públicas como “o conjunto de programas de ação governamental voltados à concretização de direitos sociais” que se caracterizam “como um instrumento de planejamento, racionalização e participação popular”, Cunha e Santos (2004, p. 5), ressaltam a participação como essencial, para não haver equívocos com políticas emanadas unilateralmente do poder institucional.

Por isso entendemos como Schwarzelmuller, Gesteira e Bulcão (2004, p.2) que uma Política de Informação é “uma decisão governamental, que regula todas as atividades do setor e é resultado de uma correlação de forças dentro do âmbito do Estado” mas também, como acrescenta Lindoso ( 2004, p.39-46) que, a instituição de uma Política Pública de Informação efetiva, deve envolver atores sociais (comitês constituídos por diferentes instâncias: órgãos governamentais, financiadores, corpos efetivos, funcionários, usuários e produtores dos bens culturais) que representem todas as expressões da área Informacional. Além disso torna-se necessário a instituição de projetos de longo prazo e a criação de mecanismos democráticos para a alocação de recursos.

Essas são inclusive, premissas básicas da formulação do Programa Sociedade da Informação no Brasil, cujas estratégias do Programa foram traçadas no Livro Verde, considerado uma das maiores políticas de informação já desenvolvidas no país para desenvolver ações de inclusão e participação cidadã, com responsabilidades compartilhadas entre o setor público, a iniciativa privada e a sociedade civil . (SOCIEDADE..., 2000)

Segundo o Livro Verde, essa aproximação entre o Governo e o cidadão, como atores institucionais envolvidos nos serviços governamentais (*Citizen Government*), deve se expressar em “ações do governo de prestação (ou recebimento) de informações e serviços ao cidadão via meios eletrônicos”, onde, “o exemplo mais comum deste tipo de ação governamental “é a veiculação de informações em um website de um órgão do governo, aberto a quaisquer interessados”. Para que essa relação se estabeleça de fato, o Programa vislumbra também o “fomento a capacitação em gestão de tecnologias de informação e comunicação na administração pública”( SOCIEDADE..., 2000, p. 69)

Jardim (2000, p.1,7) reafirma a importância de políticas de políticas desse tipo por ser o Estado “um dos principais promotores e campo privilegiado de articulação de

políticas”, configurado-se como campo informacional, cujas políticas e estruturas de informação fornecem elementos à capacidade governativa. O governo eletrônico seria assim, uma iniciativa que contribui para a gestão, transparência e *accountability* do Estado. Quanto maior a possibilidade dos cidadãos poderem discernir se os governantes estão agindo em função do interesse da coletividade e sancioná-los apropriadamente, mais *accountable* é um governo, com decisores governamentais prestando contas de suas ações, garantindo-se maior transparência e a exposição pública das políticas.

Adotar o princípio de “governo eletrônico” no Brasil, porém, implica conforme Jardim (2000, p. 6-7), em “mudar a cultura burocrática” do Estado que deve definir, implementar estratégias e ampliar sua capacidade governativa, sob pena de comprometer espaços hegemônicos nacionais e internacionais. Os relatos apresentados no V CINFORM – Encontro Nacional de Ciência da Informação, realizado em Salvador- BH, em junho de 2004 foram reveladores nesse sentido.

Nesse Encontro, Schwarzelmuller, Gesteira e Bulcão (2004, p.2), através de levantamento de políticas públicas de informação de caráter nacional, voltadas para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, durante o período de 2003-2004, concluíram que apesar Políticas criadas pelo Estado brasileiro desde 1950, quando da criação do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), as propostas de implementação de Políticas Públicas de Informação ainda carecem de conteúdos regionais e de articulação entre as esferas cultural, educacional e de comunicação.

Neste mesmo evento Cunha e Santos (2004) também registraram a a inexistência de uma política municipal para o setor das Bibliotecas Públicas Municipais de Salvador-BA apesar de garantida desde 1990 na Lei Orgânica do Município. Peluffê e Silva (2004), em suas considerações atribuem tal quadro ao caráter das políticas propostas que, em muitos casos, se caracterizam mais como um plano de implementação do que como uma política programada, séria e passível de aplicação local, o mesmo ocorrendo de maneira ampla em muitos países em desenvolvimento que pretendem implantar a Sociedade da Informação.

Por outro lado, Jannuzzi e Loureiro (2004), constatam que se em 1976 havia 3.257 bibliotecas públicas – com acervo de 300 ou mais volumes, em 1999 , dos 5.500 municípios brasileiros, 4.200 (76%) afirmavam possuir pelo menos uma Biblioteca Pública, sendo o equipamento ou serviço mais presente nos municípios. Esse aumento sendo mais surpreendente no caso do Mato Grosso do Sul, com a proporção de 90% de municípios com pelo menos uma biblioteca e no Rio Grande do Norte, onde existem bibliotecas públicas em 151 dos 166 municípios do Estado (91%). Essa ampliação da oferta de equipamentos, segundo os autores deve ser analisada com cautela, posto que, a oferta de serviços bibliotecários no Brasil, que em 2000 era de 32,7 mil Profissionais da Informação – entre biblioteconomistas, documentalistas, cientistas da informação – implicando em 19 profissionais para cada 100 mil habitantes. O que no caso da cidade de João pessoa representaria cerca de 114 profissionais atuando nessas áreas.

Lindoso (2004, p.135) confirma as suspeitas de Jannuzzi e Loureiro (2004), de que as cerca de 3.200 bibliotecas publicas do Brasil, existem nominalmente, mas na realidade são depósitos de livros empoeirados e, até a cidade de São Paulo, que, embora disponha do melhor sistema de Bibliotecas Publicas do país, tem cerca de cem unidades quando deveria ter o triplo. E, todas estando com acervos defasados, poucas com serviços de circulação e os sistemas sobrecarregados e obsoletos.

Nesse sentido, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) do Ministério da Educação (MEC), são programas



que fomentam a leitura e a criação de Bibliotecas escolares, e tem efetivado importantes políticas nessa área, vinculando seu projeto de aquisição de livros aos objetivos da política educacional (universalização do ensino fundamental, formação continuada dos professores e a melhoria da qualidade do ensino), adquirindo de 1994 a 2002 cerca de um bilhão de exemplares de livros didáticos para o ensino fundamental. Desenvolvidos em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que capta recursos do Salário-Educação, são coordenados pela Secretaria de Educação Básica no processo de avaliação de livros didáticos, de literatura, de referência e de apoio à pesquisa a serem distribuídos aos alunos e às escolas públicas de 1ª a 8ª série do ensino fundamental.

O PNLD, executado desde 1966, hoje tem por objetivo oferecer a alunos e professores de escolas públicas do ensino fundamental, de forma universal e gratuita, livros didáticos e dicionários de Língua Portuguesa para apoio ao processo ensino-aprendizagem desenvolvido em sala de aula e um Guia com as resenhas das obras aprovadas como instrumento de apoio aos professores no momento da escolha dos livros didáticos.

O PNBE, instituído em 1997, por sua vez, tem por objetivo democratizar o acesso de alunos e professores à cultura e à informação, através da distribuição de acervos ora com foco na biblioteca escolar - caso do PNBE/1998, 1999 e 2000-, ora no aluno - caso do PNBE/2001 2002 e 2003, formados por obras de referência, de literatura e de apoio à formação de professores às escolas do ensino fundamental, buscando apoiar os sistemas públicos de ensino. Em 2002 e 2003, 171.057 escolas do ensino fundamental, médio e de Educação de jovens e adultos, foram contempladas, perfazendo um total de 3.496.902 alunos assistidos, resultado da ampliação do programa, e para orientar as escolas e professores na utilização dos acervos distribuídos, a Secretaria de Educação Básica envia para as escolas, publicações com idéias para o melhor aproveitamento e organização dos espaços disponíveis nas bibliotecas escolares e sugestões de uso dos acervos na escola.

Apesar de críticas de editores e livreiros à formatação do PNBE (LINDOSO, 2004, p. 158-164) essas políticas desenvolvidas pelo MEC para o desenvolvimento da leitura e Bibliotecas Escolares, tem impulsionado a criação de Bibliotecas no Brasil, de tal modo que, observa-se uma tendência das prefeituras municipais em utilizar essas unidades também como Bibliotecas Públicas, o que, se por um lado implica na racionalização e otimização de recursos para o município, é também preocupante por não considerar a natureza e especificidade dessas unidades.

O programa de leitura das escolas municipais de João Pessoa É PRA LER desenvolvido pela Secretária de Educação da Prefeitura Municipal (PMJP) durante o período de 2002 a 2004, seguiu essa tendência, de acordo com dados do folder de divulgação elaborado pela equipe de coordenação (ABERTURA, 2003, p.2), quando da comemoração de um ano do programa. Tendo como objetivo geral “motivar o gosto pela leitura desde as séries iniciais como também aos jovens e adultos e toda comunidade, contribuindo para o processo de democratização da informação com vistas à formação de uma sociedade participativa na construção da cidadania” e como Objetivos específicos a criação de salas de leitura, bibliotecas escolares e comunitárias, o Programa investiu (2002 – 2003), recursos na ordem de 1.345.374.00 (Um milhão trezentos e quarenta e cinco mil e trezentos e setenta e quatro reais), distribuídos em ações como capacitação para servidores da educação responsáveis pelas salas de leitura e bibliotecas escolares; contratação de estagiários; compra de livros infanto-juvenis e livros universitários; fitas de vídeos educativos; licença de uso da Enciclopédia Encarta com recursos de multimídia; compra de 48 títulos de Enciclopédia; e mobiliários adequados.

Partindo do pressuposto que a execução desse Programa representou um importante passo da PMJP no estabelecimento de uma Política Pública para as 04 bibliotecas escolares do município onde foi implantado, bem como, de que é nossa responsabilidade social o monitoramento de Políticas que tenham por objetivo melhorar as condições de acesso e uso da informação na sociedade, buscamos avaliar o Processo de planejamento e implantação e a disponibilidade de informações ex-post que possibilita-se o seu monitoramento. Entretanto, a exemplo dos problemas descritos por Schwarzelmuller, Gesteira e Bulcão (2004), Cunha e Santos (2004), Pelufê e Silva (2004) e Jannuzzi e Loureiro (2004), a falta de informação disponível inviabilizou o desenvolvimento de um Plano de Análise, e mostrou que tal avaliação e monitoramento torna-se impossível na medida em que, com a mudança do governo municipal, os conteúdos constantes da página principal da PMJP, bem como às das Secretarias, só disponibilizam informações sobre a gestão atual.

Ao mesmo tempo em que podemos acessar informações a respeito dos Programas Nacionais do MEC, como o FNLD e o PNBE, inclusive com planilhas de prestação de contas onde discrimina as escolas de João Pessoa contempladas com a aquisição de acervos, especificando até mesmo o número de itens e os títulos e editoras das obras distribuídas, no que se refere ao âmbito municipal, mesmo este tendo uma maior proximidade com o cidadão, as informações não estão disponibilizadas, ou até mesmo inexistem, o que impossibilita a avaliação das ações governamentais, seja através do monitoramento legal, seja através do monitoramento autônomo, pois, nem mesmo nas Secretarias envolvidas (de Educação e de Planejamento) e no Arquivo Municipal foi possível encontrar documentos (Planos, Programas, Projetos ou Relatórios) que subsidia-se uma avaliação dos Objetivos do Programa, as metas estabelecidas, os beneficiários, os efeitos e os impactos causados, bem como os recursos utilizados (financeiros, físicos e materiais).

Não havendo meios para análise da eficiência operacional (processos) - que olha para a frente, para as correções ou adequações, e procura afetar as decisões cotidianas, utilizamos o questionário como instrumento para conhecer as possibilidades de proceder a uma avaliação do Impacto, que segundo Cohen e Franco (2002, p,72), procura determinar em que medida o projeto alcança seus objetivos e quais são seus efeitos secundários (previstos e não previstos), ou seja, olha para trás (se o projeto funcionou ou não), descobrindo as causas, e se dirige para fora, além do projeto, sendo utilizável para decidir sobre sua eventual continuação, para formular outros projetos futuros e, enfim, para tomar decisões sobre política. Como resultado constatamos que, a equipe envolvida com a implementação desconhecia a forma como este foi planejado e projetado, e as fontes de aquisição de recursos. Mesmo avaliando que os objetivos foram alcançados, não sabiam informar da continuidade do projeto por não mais fazerem parte da administração municipal.

Tudo isso corrobora a impossibilidade de realizar uma avaliação ex-post de projeto social, que analise as conseqüências da atividade/ação a partir de sua dimensão temporal, seja durante a execução do projeto (avaliação de processos ou concomitante) ou quando este já está concluído (avaliação terminal) ( COHEN e FRANCO, 2002), inviabilizando a tomada de decisões na definição de uma Política Pública de Informação local com base nos resultados de fato alcançados, e a efetivação do controle social.

## CONCLUSÕES

Entendendo que a Responsabilidade Social da Ciência da Informação, em um ambiente democrático, é de buscar meios de promover a inclusão social e o acesso aos estoques de informação da memória social por todo e qualquer cidadão, independentemente da demanda, buscamos ressaltar o quanto essa função é importante para o desenvolvimento e disponibilização de conteúdos que estabeleçam a comunicação entre o Estado e a Sociedade e, principalmente, possibilitem o controle social das ações públicas.

O monitoramento de políticas que envolvam geração, uso e transferência de informação se é tarefa de sujeitos políticos que exercem o monitoramento autônomo, os direitos fundamentais do cidadão impõem uma nova postura por parte do Estado, que no gerenciamento do patrimônio público deve prestar contas à sociedade, sendo transparente, socialmente responsável e politicamente correto, e principalmente garantindo a efetivação do controle social cidadão.

Se Equidade com a coisa pública (valores) e eficiência na ação planejada (instrumentos) , devem ser os objetivos “inalienáveis” de um Estado/governo que se pretenda moderno e democrático, isso deve ser materializado em documentos do tipo Planos, Programas e Projetos que norteiem a ação estatal e a execução da política planejada.

Porém, embora essas sejam premissas do Livro Verde do Programa Sociedade da Informação no Brasil, o que podemos constatar é um grande avanço na disponibilização e acesso de dados referentes a gestão do governo federal, enquanto por outro lado, as gestões de governos estaduais ou municipais, quando investem em uma política pública de informação, que deveria se caracterizar como instrumento de planejamento, racionalização mas também de participação popular, não registram ou não tornam acessíveis informações sobre seu planejamento, implementação ou avaliação da eficiência operacional, do impacto ou dos efeitos produzidos como resultado de sua execução, e o que é pior, mudando a gestão *deletam-se* as informações acumuladas.

Vimos como pesquisadores de PPI se ressentem das dificuldades no levantamento de informações que possam contribuir para um diagnóstico da real situação destas políticas no Brasil. E conosco não foi diferente, quando constatamos a dificuldade para encontrar dados e informações oficiais e relevantes, bem como a não existência destes entre os atores mais envolvidos no Programa (Secretários, Coordenadores e Bibliotecários)

Assim, tão importante quanto uma instrumentalização que possibilite o acompanhamento, avaliação e crítica de políticas cuja responsabilidade de formulação e implementação correspondam a um outro ator, no caso o Estado, é a disponibilização dos dados referentes a gestão, numa atitude de transparência e ética com o cidadão.

Torna-se então imperativo que os gestores municipais atentem para as novas orientações para a Política Social, principalmente no que se refere a objetividade, a informação suficiente e a utilização de métodos rigorosos, bem como divulgação dos resultados de modo a garantir que qualquer cidadão possa avaliar a execução de projetos, Programas ou Planos que envolvam recursos públicos e do qual somos todos contribuintes.

### ***Abstract***

*It describes the Social Responsibility of the Information Science with the Social Control of the Public Policies of Information, and in peculiar observing the Programs, Plans and Projects that*

*aim at the creation of libraries and collections in the public schools. Evaluating the possibility of an autonomous keeping watch of a social program of reading in the municipal district of João Pessoa developed in the years of 2003-2004, it verifies the impossibility of accomplishing an evaluation ex post facto of social project, that analyzes the consequences of the action starting from its temporary dimension, when this is already ended, making unfeasible decisions making in the definition of a Public Policies of local Information with base in the reached results, and accomplishment of a Social Control. It attributes the lack of necessary tools for the accompanying, evaluation and critic of policiess which formulation responsibility and fulfillment correspond to the State, to the municipal managers' negligence with the new orientations for the Social Policies, as the objectivity, too much information, use of rigorous methods and popularization of the results to guarantee that any citizen can evaluate the Projects execution, Programs or Plans that involve public resources. It ends for the need of a transparency attitude and ethics of the public powers with the citizen and its social organizations in the planning and development of actions, making information available and promoting the participation of the Information Science as a monitor and to make possible the access to those information.*

### **Keywords**

**INFORMATION SCIENCE**  
**SOCIAL RESPONSABILITY**  
**SOCIAL CONTROL**  
**INFORMATION POLICE**  
**PUBLIC POLICE**

### **Keywords:**

**INFORMATION SCIENCE**  
**SOCIAL RESPONSIBILITY**  
**SOCIAL CONTROL**  
**INFORMATION POLICY**  
**PUBLIC POLICIES**

### **REFERÊNCIAS**

ABERTURA do programa de leitura [das escolas municipais de João Pessoa. João Pessoa, DIENF,2003.(convite e Folder de divulgação)

ABONG. Disponível em : [www.abong.org.br](http://www.abong.org.br) .

AGUIAR, Sônia. Observatório da cidadania: monitorando as políticas públicas em âmbito global. **Ciência da Informação**, v. 28, n.,2, 1999. Disponível em: < <http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=317>> . Acesso em: 25 abr. 2005.

ARAÚJO, Carlos Ávila. A ciência da informação como uma ciência social. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.32, n.3, 2003. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=49>>. Acesso em: 15 abr. 2005.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação Empresarial e Responsabilidade Social**. 2004. Disponível em: <[http://www.comtexto.com.br/artigos\\_rs\\_cers.htm](http://www.comtexto.com.br/artigos_rs_cers.htm)> . Acesso em: 25 abr 2005

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2002

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%20E7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%20E7ao.htm)> . Acesso em 27 abr 2005.

CONTROLE Social e a Participação nos Conselhos Municipais. Disponível em: <<http://www.rebidia.org.br/noticia1.html>> . Acesso em: 25 abr. 2005.

CUNHA, Vanda A. da; SANTOS, Levi A. N. dos. Sociedade do Conhecimento, Políticas Públicas de informação e as Bibliotecas Públicas Municipais de Salvador. In: ENCONTRO NACIONAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2004, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2004. Disponível em: <[http://www.cinform.ufba.br/v\\_anais/artigos/vandacunha.html](http://www.cinform.ufba.br/v_anais/artigos/vandacunha.html)>. Acesso em: 18 abr. 2005.

CUNHA, Sheila Santos. **O Controle Social e Seus Instrumentos**. Salvador: UFBA, 2003. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/Documentos%20para%20download/Controle%20Social%20e%20Seus%20Instrumentos.pdf> >. Acesso em: 25 abr. 2005

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Disponível em : <[http://www.amnistia-internacional.pt/sobre\\_ai/dudh/dudh1.php](http://www.amnistia-internacional.pt/sobre_ai/dudh/dudh1.php)> . Acesso em 27 abr. 2005.

DROPA, Romualdo Flávio. **Controle Social**. Disponível em: <<http://dropius.sites.uol.com.br/controle2.htm>> . Acesso em : 07 jul. 2005

A EVOLUÇÃO da Responsabilidade Social. Disponível em: <<http://www.sairdacasca.com/respsocial/evolucao.asp>> . Acesso em 22 abr. 2005

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em : <<http://www.mec.gov.br/acs/duvidas/fnde.shtm#>>.

FERNANDES, Ângela. **A responsabilidade social e a contribuição das relações públicas**. 2001. Disponível em: <<http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/responsabilidadesocial/0098.htm>> . Acesso em: 25 abr. 2005.

FREIRE, Isa Maria. Da construção do conhecimento científico à responsabilidade social da Ciência da Informação. **Revista Informação & Sociedade: Estudos**. João pessoa, PB: , v.12, n.1, 2002. Disponível em : < <http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/IS1210207.htm> >. Acesso em : 20 abr. 2005

FREIRE, Isa Maria. A responsabilidade social da Ciência da Informação na perspectiva da consciência possível. **DataGramZero** - Revista de Ciência da Informação, v.5, n.1, fev, 2004 . Disponível em : <[http://www.dgz.org.br/fev04/Art\\_02.htm](http://www.dgz.org.br/fev04/Art_02.htm)>. Acesso em : 22 abr. 2005.

INSTITUTO Polis . Disponível em : < [www.polis.org.br](http://www.polis.org.br)>

JANNUZZI, Paulo de Martino; LOUREIRO, Mônica de Fátima. Equipamentos culturais, Bibliotecas e Profissionais da Informação no Brasil: Indicadores estaduais por volta de 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5.,2004, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA,2004. Disponível em: <<http://www.cinform.ufba.br/vanais/artigos/paulodemartinojannuzzi.html>>. Acesso em: 18 abr. 2005.

JARDIM, José Maria. Capacidade governativa, informação, e governo eletrônico. **Datagramazero** – Revista de Ciência da Informação, v.1, n.5, out. 2000. Disponível em: <[http://Www.dgzero.org/out00/Art\\_01.htm](http://Www.dgzero.org/out00/Art_01.htm) > . Acesso em: 10 fev. 2005.

LINDOSO, Felipe. **O Brasil pode ser um país de leitores?**: Política para a cultura/Política para o livro. São Paulo: Summus, 2004.

NEPPU. Disponível em :< [www.ufpe.br/neppu/internas/convenios](http://www.ufpe.br/neppu/internas/convenios)>  
OPAS. Disponível em: <[www.opas.org.br](http://www.opas.org.br)>

OPPI. Disponível em: <[www.infoinclusao.org.br](http://www.infoinclusao.org.br)>

PELUFÊ, Marilaine Schaun; SILVA, Marina Cajaíba da. Cultura e Cidadania frente às Políticas de Informação no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5.,2004, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA,2004. Disponível em: <[http://www.cinform.ufba.br/v\\_anais/artigos/marilanes\\_chaunpeluje.html](http://www.cinform.ufba.br/v_anais/artigos/marilanes_chaunpeluje.html) >. Acesso em: 18 abr. 2005.

PNBE.MEC.Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sef/fundamental/avaliv.shtm>>

PNLD.MEC.Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sef/fundamental/avaliv.shtm>>

Portal Unicamp . Disponível em : [www.unicamp.br/unicamp](http://www.unicamp.br/unicamp)

REBIDIA. Rede Brasileira de Informação e Documentação Sobre a Infância e Adolescência. Disponível em : < <http://www.rebidia.org.br/apresenta/index.html> > . Acesso em : 06 mar. 2005. Tem por objetivo a triagem e a disseminação estratégica de

informações sobre a criança e o adolescente no Brasil através de uma ação específica: a capacitação de articuladores e conselheiros da Pastoral da Criança para a utilização destas informações como instrumento de melhoria da qualidade de vida da infância brasileira.

RITS. Disponível em : < <http://www.rits.org.br/>>

SANTO, Carmelita do Espírito; FREIRE, Isa Maria . Quissamã somos nós!: construção participativa de hipertexto. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v.33, n.1, 2004. Disponível em < [www.ibict.br/cionline/](http://www.ibict.br/cionline/) > . Acesso em 22 abr.2005.

SCHWARZELMÜLLER, Anna Friedericka; GESTEIRA, Ivana A. Lins; BULCÃO, Marivaldina. Políticas Públicas de Informação no Brasil: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. In: ENCONTRO NACIONAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5.,2004, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA,2004. Disponível em: <[http://www.cinform.ufba.br/v\\_anais/artigos/ivannafried.html](http://www.cinform.ufba.br/v_anais/artigos/ivannafried.html)>. Acesso em: 18 abr. 2005.

SOCIEDADE da informação no Brasil: livro verde. Brasília, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000

SOUZA, Francisco das Chagas. Lutar por direitos humanos, informação e cidadania: compromisso cívico-político de profissionais das ciências da informação, educadores e comunicadores sociais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 223-512, jul./dez. 2002. Disponível em : < [http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/sumario\\_v20\\_n2.htm](http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/sumario_v20_n2.htm) > . Acesso em 07 abr. 2005.

TRANSPARÊNCIA Opaca. **Folha de São Paulo**, 02 mai 2002. Caderno Opinião. Disponível em : < <http://dropius.sites.uol.com.br/controle2.htm> > . Acesso em : 07 jul. 2005.